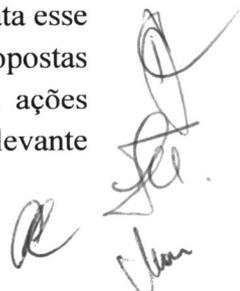
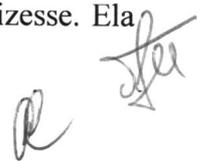


1 SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
2 CONSELHO DE RECURSOS HIDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
3 CÂMARA TÉCNICA PERMANENTE DE ASSESSORAMENTO
4 ATA DA 2ª/2019 REUNIÃO ORDINÁRIA

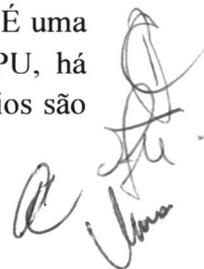
5 Aos três dias do mês de julho de dois mil e dezenove, às nove horas, na sala 22 da Sema/DF -
6 SBN Q. 02, Bloco K, Ed Wagner – Brasília/DF, ocorreu a 2ª/2019 reunião ordinária da
7 Câmara Técnica Permanente de Assessoramento do Conselho de Recursos Hídricos do
8 Distrito Federal – CTPA/CRH/DF, sob a seguinte pauta: **item 1** - Acompanhamento do
9 cumprimento da Resolução nº 02/2014, com as alterações da Resolução nº 03/2018. **Item 2.**
10 Análise das atividades da CTPA e planejamento de ações para o período 2019/2020. Fizeram-
11 se presentes: a Presidente da Câmara, Conselheira RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL
12 (ABES/DF), GUSTAVO ANTÔNIO CARNEIRO (ADASA), VANDETE INÊS
13 MALDANER (ADASA), FERNANDO LUIS DO R. M. STARLING (CAESB), MARIA
14 CRISTINA COIMBRA MARODIN (SEMA), MONA GRIMOUNTH BITTAR (SEMA) e
15 JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR (UnB). Participaram como convidados: Maria
16 Sílvia Rossi (SEMA), Rogério Alves Barbosa da Silva (SEMA) e Maricleide Maia
17 Said/SEMA. A Presidente cumprimentou a todos, deu por aberta a reunião e agradeceu a
18 presença dos conselheiros. Informou que leu os documentos anteriores e fez uma síntese das
19 obrigações da CTPA quanto à Resolução nº 02/214 – CRH/DF. A Conselheira
20 Vandete/ADASA informou que está em andamento o processo para tratar da cobrança, sendo
21 que os três comitês criaram suas câmaras técnicas e em reunião conjunta foi deliberado a
22 criação de um GT único com a participação das 3 câmaras técnicas para elaborar o
23 mecanismo de cobrança para os CBHs do DF. Pediu que o assunto fosse inserido no plano de
24 trabalho da CTPA para recepcionar os trabalhos do GT de cobrança dos comitês. A senhora
25 Maria Sílvia Rossi/SEMA informou que a CTPA discutiu em 2013/2014 com o Paranaíba
26 essa questão da alocação de recursos da cobrança naquela Bacia, resultando em um arranjo
27 político, que posteriormente gerou uma resolução, onde se estabeleceu que uma porcentagem
28 do recurso arrecadado pela cobrança vai para o CBH Paranaíba e outra que retorna para o
29 DF e os Estados que integram essa Bacia. E uma das discussões à época, era de que o DF
30 deveria criar, com o apoio da CTPA – CRH/DF, um banco de propostas de ações a serem
31 executadas com o recurso da cobrança oriundo do CBH Paranaíba, estabelecendo ainda as
32 devidas prioridades. Lembrou que para propor ao Paranaíba ou ao comitê nacional ou estadual
33 deve-se propor o retorno de uma parte do recurso da cobrança com base em projetos gerais e
34 não específicos. A ideia era já começar a se organizar para que se defina local e quem será o
35 aglutinador de propostas. A senhora Maria Sílvia disse ter sugerido a CT porque o Conselho é
36 um lugar legítimo para ter um banco associado a isso. Este seria um banco de prioridades e
37 não um banco operacional. A discussão terá que ser em nível técnico. Sugeriu que a Câmara
38 Técnica retome essa discussão e veja como acha melhor esse encaminhamento, porque um
39 banco de soluções prioritárias, que são projetos, ainda que gerais, que possam ser
40 apresentados aos comitês nacionais, para que parte do recurso cobrado no DF volte para o DF
41 na forma de bons projetos. Tal proposta era consenso de todos os órgãos e ficou sem data esse
42 encaminhamento. Sua proposta é avançar para um conceito de banco de dados de propostas
43 técnicas dos órgãos, para que possamos pensar também em trazer recursos para ações
44 prioritárias e não de forma isolada. O Conselheiro Gustavo/Adasa disse ser bastante relevante



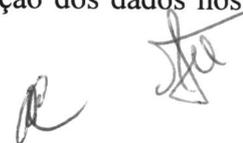
45 a colocação da Maria Silvia e que o assunto também é de interesse e preocupação da Adasa.
46 As propostas apresentadas são discutidas hoje no âmbito dos comitês, para poder ter a
47 chancela do que vai ser aprovado no comitê do Paranaíba Federal, assim que se defina a
48 seleção ou indicação dos projetos que foram apresentados. A questão do banco de projetos é
49 importante porque facilita a execução e o planejamento do que poderá ser financiado. Embora
50 tenha um corpo técnico de nível elevado discutindo esses projetos, com agrupamento de
51 ideias na tomada de decisão é possível perceber que falta um planejamento mais amplo. O DF
52 precisa avançar nisto. O diagnóstico e prognóstico do Plano de Bacia pode ajudar na definição
53 dos projetos que serão financiados, visto que os Planos vão indicar ações necessárias na Bacia
54 e os projetos selecionados devem atender as demandas daquela Bacia. Hoje o CBH Paranaíba
55 dispõe de critérios técnicos de seleção de projetos, ao estilo *check list*. A senhora Maria
56 Silvia destacou que o primeiro locus para discussão das prioridades nas bacias certamente é o
57 CRH e o Comitê de Bacia, mas têm questões que são transversais que perpassam por várias
58 bacias e essa discussão não pode ser somente a soma das partes tem a ver com a integração
59 com as prioridades das Políticas Públicas, com os orçamentos das instituições
60 governamentais, com as prioridades de regularização fundiária, que são tomadas no âmbito da
61 Casa Civil, e outros pontos que estão fora da governança típica do Comitê de Bacia. Disse que
62 sempre que pode, busca o empoderamento do CRH e da Câmara Técnica porque esse é o
63 *locus* de integração entre bacias, inclusive, entre os Comitês de Bacia é mais que a função de
64 uma Agência de Bacia, que é execução de coisas definidas pelo Comitê. Disse estar se
65 referindo a um local onde se tenham as pesquisas que estão sendo realizadas. Tem decisões de
66 prioridade no governo de questões estruturais e sistêmica que são tomadas e as coisas as vezes
67 mudam rápido e essa mudança as vezes ou geralmente traz grandes oportunidades que
68 ninguém explora. É preciso que se tenha discussões mais estratégicas. A questão de um banco
69 de projetos, de prioridades, não vem esvaziar nenhum Comitê nenhum órgão, mas que
70 possamos ter um momento de se ter um mapa de todo o Distrito Federal, do que é prioritário e
71 do que não é, ou seja um mapa estratégico das ferramentas e quais projetos estão associados.
72 Isso não está sendo feito de forma coletiva, vários estão fazendo isso individual por
73 instituição, mas é preciso sempre rever essa pauta. A união de esforços de trabalho juntos e
74 com boa vontade se consegue respeitando as missões de cada instituição. Falou que iria
75 mostrar o que é o SISDIA e qual é o papel que ele tem nessa discussão da gestão estratégica
76 do conhecimento, que foi o convite feito pela Raquel e a Cristina para trazer à CTPA. A
77 Diretora de Colegiados Maricleide/Sema perguntou se esse banco de projetos seria
78 centralizado no CRH? Ela respondeu não saber onde vai ser centralizado, mas a Câmara
79 Técnica tem todas as condições de propor e definir onde vai ser. Disse acreditar ser na cabeça
80 do sistema, que é o CRH e que é importante que todos tenham acesso equitativamente. Disse
81 sempre defender o CRH, sem prejuízo da importância que tem a primeiro nível do Comitê de
82 Bacia, que também é um espaço de primeira instância e que também faz parte do CRH. O
83 Prof. Francisco disse ser importante essa discussão trazida pela Maria Silvia porque, por
84 incrível que pareça, já está sendo feito. Existe uma iniciativa por solicitação da FAP-DF, uma
85 iniciativa que vem da UnB e da EMBRAPA, que reúne uma série de órgãos exatamente no
86 tema da água. Parece que essa iniciativa seria o braço operacional para execução disso. Além
87 do CRH, muitas pessoas dessa iniciativa fazem parte do CRH e da CTPA. Já está sendo
88 gestado e, justiça tem que ser feita, foi uma solicitação da própria FAP/DF que fizesse. Ela



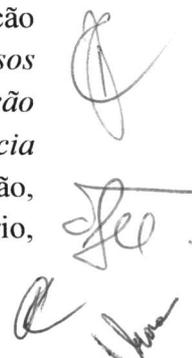
89 encontrou uma forma de aplicar recursos nos órgãos do GDF tendo como base uma iniciativa
90 acadêmica, ou seja, científica, e organizada. Os instrumentos de Gestão Pública estão tendo
91 que ter o exercício de se adequar a uma proposta acadêmica nas suas várias vertentes para que
92 possam executar seus orçamentos dentro dessa perspectiva. Já existe uma perspectiva sendo
93 gestada, elaborada e que deve ser submetida no final deste mês e isso pode ser algo que pode
94 ser discutido na CTPA. Disse concordar que a CTPA que tem que decidir a gestão desses
95 recursos e a sua destinação. Essa é uma tentativa de aglutinação de uma série de esforços para
96 não haja sobreposição e sim que se crie um enlaçamento e as pessoa se conversem. A
97 presidente sugeriu que esse programa fosse apresentado na CTPA e todos foram de comum
98 acordo. O professor convidou a todos para o workshop, dias 30 e 31, exatamente para discutir
99 no âmbito do Distrito Federal essa iniciativa, que é uma iniciativa do Brasil com a Austrália.
100 Não é exclusiva do GDF. São quinze estados, trinta instituições brasileiras estão envolvidas
101 incluindo as do Distrito Federal. Distrito Federal com a coordenação geral em Brasília. Maria
102 Silvia sugeriu talvez montar um mapeamento das iniciativas, e citou, por exemplo, o
103 programa de revitalização de Bacia Hidrográficas do DF, coordenado pelo setor da
104 Cristina/Sema, que vai ter recursos do Fundo GEF, e várias outros. É preciso fazer um mapa
105 das iniciativas, um mapa dos financiamentos e um mapa dos projetos para que possamos
106 buscar nos Comitês Nacionais. A seguir, a Subsecretária Maria Silvia/SEMA procedeu com a
107 apresentação sobre o SISDIA. Ela ressaltou que coordenou a elaboração do ZEE nos sete
108 últimos anos. Hoje o ZEE é Lei. Essa lei mudou completamente o que os ZEEs fazem pois ela
109 colocou a centralidade da infraestrutura ecológica na mesa de discussão. O grande parâmetro
110 condutor de toda a discussão foi recursos hídricos: a água no seu contexto territorial para
111 questões ecológicas e para questões socioeconômicas. Está sendo construído um arranjo para
112 revisão do PDOT baseado no ZEE. O ZEE basicamente estabeleceu os riscos na centralidade
113 do planejamento territorial: risco de perda do solo por erosão, risco de perda de recarga do
114 aquífero, dentre outros. Destacou que o ZEE não é um SIG. O SISDIA não é um SIG. A lei
115 do ZEE institui um artigo objetivando essa infraestrutura de dados espaciais que teve o nome
116 de Sistema de Distrital de Informações Ambientais – SISDIA. Por ambiental, considera-se,
117 pela Lei orgânica, fauna, flora, solo, ar, água etc. Disse não se tratar de um SIG, mas de um
118 banco de dados com integração de bases de dados governamentais e não governamentais.
119 Citou o acordo firmado com a UnB. A Academia também vai prover seus bancos de teses de
120 iniciação, de mestrado, de doutorado e de pesquisa. Destacou que quando o piloto da
121 hidrogeologia 3D estiver resolvido será discutida a questão de normas internas dentro da
122 UnB, de forma a condicionar a entrega do diploma à entrega do banco de dados primários.
123 Fazer interface com a UnB para estabelecer um regramento para que esse dado seja
124 documentado corretamente e que dentro do governo também se passou a discutir um
125 regramento comum. Essas discussões mais técnicas que em algum momento vão acontecer,
126 em forma de bloco de temas, virão para a CTPA/CRH e CONAM. A ideia é a discussão de
127 um padrão de dados hidrológicos ou hidrogeológicos, que vire resolução do CRH ou do
128 CONAM ou mediante decreto em que todas as contratações governamentais passem a
129 obedecer. Assim teremos crescentes afluxos de dados que vão vir em um padrão compatível
130 com a documentação para uso com segurança do dado produzido por qualquer órgão. É uma
131 infraestrutura de dados parciais unificada, mas não unificada na forma de uma CPU, há
132 conversa entre bancos de dados do geoserviço e todos os produtores de dados primários são



133 preservados. Eles produzem seus dados primários e atualizam esses dados primários e, toda
134 vez que os dados são atualizados, se tornam visíveis para os outros em tempo real. A questão
135 é centralizar em um lugar todos os dados. Essas são discussões que estão avançando com
136 alguma dificuldade no Governo do Distrito Federal, pois não há uma cultura do
137 compartilhamento de dados. E isso está instituído objetivamente pela Lei do ZEE. O ZEE
138 determina a revisão dos instrumentos de ordenamento territorial dos planos setoriais e ele diz:
139 institui-se, incorpore-se nos instrumentos de ordenamentos nos planos setoriais de forma
140 prioritária os riscos ecológicos do território, a começar pelo risco de recarga. Cabe ao PDOT
141 dizer quais usos são compatíveis com esses riscos. Informou que a Secretaria já montou um
142 Mapa com os riscos ecológicos, foram vinte e quatro órgãos que chegaram a um acordo
143 Técnico-Político em que os especialistas dentro e fora do governo reconhecem aquele Mapa
144 como sendo uma tradução muito boa do território. Toda Lei está construída a muitas mãos. É
145 uma infraestrutura de dados espaciais, é um banco, uma biblioteca de dados espaciais, um
146 banco com foco cartográfico. O SISDIA tem um banco de dados que está integrado, que é o
147 banco de dados que originou os dados utilizados no ZEE. Alguns desses dados são
148 basicamente as zonas, as subzonas, grandes blocos de informações decorrentes de dados
149 estruturados, mas também vários outros dados APPs e tudo que não está instituído no ZEE,
150 mas são os dados de base que foram usados para o ZEE. O SISDIA foi instituído na Lei a
151 partir desta experiência do ZEE. Ele foi instituído pela lei do ZEE e atende ao comando direto
152 da Lei Orgânica e outra Lei de 2007 da Deputada Arlete Sampaio, que fala de indicadores
153 ambientais para o território visando subsidiar planejamento de gestão, e se instituir uma base
154 territorial unificada com os dados ambientais: fauna, flora, água, ar, solo etc. Esses são os
155 cinco elementos estruturantes, que fundamentam e organizam na forma de infraestrutura de
156 dados espaciais. Essa estrutura é para os dois sistemas que a SEMA coordena e preside que é
157 o sistema ambiental, na forma do CONAM, e sistema de recursos hídricos, na forma de CRH.
158 Todos os órgãos associados ao CONAM e ao CRH. Muitos dos dados que são produzidos por
159 um órgão com foco no CONAM são muito úteis para consumidores do territorial e ambiental
160 e precisamos fazer essa interação para uma tomada de decisão mais qualificada. É um
161 instrumento que permite a integração, organização, catalogação e disponibilização de
162 informações via serviços como o geoserviço. Citou o portal do SISDIA. Estão sendo
163 trabalhados alguns níveis de redundância do dado produzido. Todos os dados devem ser
164 possíveis de visualização no geoportal, que é só dados, enquanto o SISDIA é um sistema de
165 suporte e tomada decisão por grandes fluxos. Ele está focado na solução do problemas. Está
166 estruturado da seguinte forma: primeiro a biblioteca de dados espaciais, que vai ter um
167 conjunto de banco de dados que estabelecerá ligações horizontais entre esses bancos na forma
168 de geoserviço. Os bancos de dados do GDF são mais de vinte e têm ainda o banco da UnB e
169 eles não interagem. É preciso trabalhar nessa integração e no próximo ano trabalhar na
170 implantação dos módulos especialistas que já têm a concepção desde agora dos pilotos
171 concebidos, um modulo especialista, por exemplo: por licenciamento ambiental, porque no
172 PPA 2015/2019 cabe a SEMA produzir um portal único de licenciamento ambiental. É uma
173 ferramenta de suporte para o empreendedor e para governo. Citou a aprovação do recurso do
174 Fundo Global do Meio Ambiente, o fundo GEF. Informou já foi licitada a empresa e ela tem
175 como missão definir a inteligência do SISDIA, montar a inteligência do SISDIA. Citou que o
176 Rogério já está coordenando um primeiro diagnóstico preliminar da situação dos dados nos



177 órgãos, para depois, na segunda quinzena de julho, a visitação detalhada em cada órgão pela
178 empresa para fazer o diagnóstico de infraestrutura. Já está sendo realizada uma discussão com
179 a SUTIC, para que se possa avançar no Plano Diretor de Geoprocessamento e o Plano Diretor
180 de Tecnologia da Informação comum no GDF. A Presidente pediu que Adasa fale dos bancos
181 de dados da Adasa. Lembrou que é importante que a CTPA participe de conversas com
182 SISDIA e empresa por ele contratada, para entender o funcionamento e as necessidades de
183 integração. O representante da Adasa/Gustavo lembrou que a parte mais atualizada do SIRH
184 são aquelas relacionadas à vazão, porém as estações telemétricas novas ainda não foram
185 instaladas. Informou que em breve as informações de vazão e de chuvas estarão em tempo
186 real no sistema. Sobre os dados de qualidade, no momento eles estão em relatório, mas a
187 Adasa está aprimorando o sistema para receber estes dados. O Conselheiro Gustavo disse
188 entender que todos os entes do DF que operam dados sobre recursos hídricos devem transferi-
189 los para o SIRH, que estará integrado ao SISDIA. É preciso conversar com o SISDIA para
190 entender o que ele precisa dos demais sistemas que serão interligados. O Conselheiro José
191 Francisco/UnB disse que alguns dados precisam ser padronizados, a exemplo dos parâmetros
192 de qualidade e quantidade, os protocolos, etc., que não foram esclarecidos na RES 02/2014 –
193 CRH. A presidente disse ser necessário a CTPA fazer reuniões antes para balizar
194 entendimento das necessidades. José Francisco salientou que em relação à qualidade o DF
195 está muito aquém. Precisa aprimorar. O Conselheiro Gustavo/Adasa disse que é preciso
196 enfrentar a análise crítica dos dados de qualidade e de bacias críticas, com planos
197 consistentes, com cenários e ações possíveis. A presidente concluiu que é necessário que
198 sejam feitas reuniões prévias na CTPA para apresentação das instituições sobre os Planos de
199 monitoramento, os parâmetros aplicados e o tipo de armazenamento de dados, e também a
200 empresa que está elaborando o Plano de Bacia do Paranaíba/DF, onde a temática deve ser
201 mencionada. Sugeriu que sejam convidadas as seguintes instituições
202 CAESB/ADASA/UnB/IBRAM/INMET para proceder a apresentações. A próxima reunião foi
203 agendada para 22/07/2019. Agendou reunião para avaliar o PROGESTÃO para 17/07/2019.
204 A diretora de colegiados/Sema, Maricleide informou que a FAPE-DF, integrante da CTPA
205 esteve ausente na maioria das reuniões da Câmara, ao que foi sugerida sua substituição,
206 assunto que será aprofundado na próxima reunião. Prosseguiu com o item 3 da pauta. A
207 presidente leu o inciso III do artigo 4º da Resolução nº 02/2014 – CRH: “*Publicação*
208 *sistemática pela ADASA dos resultados do Sistema de Monitoramento das Chuvas, da*
209 *Qualidade e da Quantidade das Águas do Distrito Federal, a partir do primeiro trimestre de*
210 *2016, com periodicidade trimestral, bem como de relatório analítico anual consolidado a*
211 *partir do exercício de 2016, a ser apreciado pelos Comitês de Bacia Hidrográficas Distritais*
212 *e, posteriormente, submetido ao CRH-DF”.* A conselheira Vandete/ADASA disse que, em
213 relação aos relatórios analíticos a Adasa disponibiliza no site relatórios de qualidade e
214 quantidade, mas que ainda não foram apreciados pelos CBHs e CRH. A Conselheira
215 Cristina/Sema chamou a atenção para o disposto no parágrafo único do Art. 1º da Resolução
216 03/2018: “*Parágrafo único. Os integrantes do Sistema de Gerenciamento dos Recursos*
217 *Hídricos do Distrito Federal, por meio de apoio da SEMA, ADASA e IBRAM, deverão*
218 *acompanhar essas elaborações e submetê-las à aprovação dos Comitês de Bacia*
219 *Hidrográfica distritais”* e disse que a SEMA não está participando e que, em certa ocasião,
220 chegou a procurar a ADASA para a SEMA participar e foi informada que não era necessário,



221 ao que a ADASA respondeu que não será problema a participação da SEMA. O Conselheiro
222 Gustavo/Adasa informou que o Plano de Bacia tem uma comissão de recebimento dos
223 produtos, que a Adasa tem um consultor ajudando na avaliação dos produtos. Disse que o
224 Plano está na fase de elaboração do prognóstico. Está prevista a conclusão do Plano para o
225 final de 2019. Disse que o termo de referência para contratação dos Planos de Bacia do
226 Preto/DF e do Maranhão/DF já foram encaminhados para os respectivos CBHs. A Presidente
227 da CTPA lembrou que é importante dar um informe geral ao CRH sobre o andamento das
228 questões de cobrança e agência de Bacia no DF, especificamente quanto à sustentabilidade. A
229 Conselheira Cristina/SEMA ficou de pautar esta apresentação no CRH. Ressaltou que o
230 Relatório de Outorga deverá ser analisado posteriormente. Informou que a SEMA fará uma
231 oficina sobre índices de sustentabilidade de bacias hidrográficas e que a CTPA está
232 convidada. O evento será dia 10/07/2019 na SEMA. A Presidente disse ser importante que a
233 CTPA faça um mapeamento dos projetos sobre recursos hídricos em curso no DF para
234 facilitar o acompanhamento e evitar a sobreposição. Esgotada a pauta e não havendo mais
235 considerações, a Presidente deu por encerrada a reunião. Esta Ata será lida por todos os
236 Conselheiros presentes, aprovada e assinada na próxima reunião e após, arquivada na
237 secretaria executiva do Conselho.


RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL
ABES/DF

Presidente da CTPA/CRH


GUSTAVO ANTÔNIO CARNEIRO
ADASA/DF


VANDETE INÊS MALDANER
ADASA

FERNANDO LUIS R. M. STARLING
CAESB

MARIA CRISTINA C. MARODIN
SEMA


MONA GRIMOUNTH BITTAR
SEMA

JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES
JÚNIOR/UnB